[Recensão a] Jean-Jacques Rousseau — Ensaio sobre a Origem das Línguas

Autor(es): Pereira, Ana Leonor

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/43949>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/2183-8925_3_25

Accessed : 26-Apr-2023 05:59:09

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

Volume III

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS
COIMBRA 1981

JEAN-JACQUES ROUSSEAU — **Ensaio sobre a Origem das Línguas**, Lisboa, Editorial Estampa, 1981.

O *Ensaio sobre a Origem das Línguas*, só agora traduzido para português, merece particular atenção por parte dos estudiosos da filosofia e ciências da linguagem, da história da música e sobretudo pelos historiadores da filosofia da história. No que concerne a esta última zona do saber, a obra em causa não se pode omitir ou silenciar, quando se visa uma leitura profunda da filosofia da história rousseauiana.

O *Ensaio*, inicialmente um fragmento do *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, embora tenha adquirido autonomia e unidade próprias que lhe são conferidas pela peculiaridade da sua estrutura temática, metodológica e conceptual, mantém relações complexas com a obra principal onde Jean-Jacques expõe a sua filosofia da história, ou seja, com o *Segundo Discurso*. É fundamentalmente em torno do IX capítulo do *Ensaio* que se levanta a polémica das relações entre as duas obras, dado que, em termos gerais, existe uma coincidência temática entre esse capítulo e grande parte do *Segundo Discurso*, que não sendo acompanhada de coincidência terminológica e metodológica tem permitido as mais diversas interpretações da concepção da temporalidade histórica em J.-J. Rousseau. Assim, em vez da teoria do *puro estado de natureza* por um lado, e do *estado de natureza* com as suas duas grandes revoluções (a *revolução casa-família* e a *revolução da metalurgia-agricultura*) por outro, que Rousseau aborda detalhadamente no *Segundo Discurso*, surge no *Ensaio* a teoria dos *primeiros tempos*. Esta expressão, compreendendo «os tempos em que os homens viviam num estado de grande dispersão, independentemente da idade do género humano em que se queira fixar essa época» (pág. 70) tanto pode designar uma invariante estrutural (o isolamento dos homens) comum ao *puro estado de natureza* e ao *estado de natureza*, como pode significar mais estritamente o isolamento dos homens na família, desde que se tenha em conta o contexto em que, por vezes, a expressão é utilizada. O primeiro sentido da expressão, defendido nomeadamente por uma interpretação estruturalista, não se conjuga com a irredutibilidade paradigmática do *puro estado de natureza* que Rousseau estabelece no *Segundo Discurso*. O segundo sentido enunciado está de acordo com o primeiro momento da *revolução casa-família*, ou seja, o momento da dispersão das famílias e dos homens no interior das mesmas, exposto no *Segundo Discurso*, o que permite reduzir o problema a uma questão de terminologia. Todavia, tanto no primeiro caso como no segundo, o tema da *economia da piedade*, fundamento último da tese da bondade natural do homem, sofre no IX capítulo do *Ensaio* um tratamento que diverge daquele que se verifica no *Segundo Discurso*. As contradições que, nesta matéria, se detectam quando se confrontam os dois textos em causa, são tão difíceis de superar que o intérprete só pode persistir na defesa da tese do *bom selvagem* rousseauiano e evitar a hipótese hobbesiana, sacrificando justamente os enunciados do *Ensaio* e até certas notas do *Segundo Discurso*.

A constatação deste dilema na filosofia da história rousseauiana permite o deslocamento do tema da *bondade natural* do homem para um plano secundário

e concomitantemente a introdução de outra ordem temática para primeiro plano. Com efeito, depois de praticado o confronto textual, torna-se absolutamente irrelevante resolver a questão de saber se o homem rousseauiano é originariamente *bom* ou *mau*.

Por outro lado, entre o IX capítulo e o *Segundo Discurso* há também relações de homologia temática-terminológica. É o caso, por exemplo, da teoria rousseauiana dos *acazos felizes* e *acazos funestos*. Ora, esta concordância textual levanta um tipo de polémica muito curioso, porque instaura problemas insolúveis, desta vez, no seio dos códigos de leitura dos intérpretes, como se verifica, por exemplo, na incapacidade que a interpretação estruturalista sente para ler a teoria rousseauiana dos acazos. Dir-se-ia que o próprio texto que é objecto de interpretação tem, por vezes, o poder de denunciar os limites dos quadros teóricos utilizados pelo intérprete.

Importa ainda referir que, em termos globais, as relações entre todo o *Ensaio* e o *Segundo Discurso* são tão fortes como aquelas existentes entre o IX capítulo do *Ensaio* e o *Segundo Discurso*.

Com efeito, a *origem das línguas* é inseparável da *origem da desigualdade entre os homens* ou mais explicitamente, em Jean-Jacques, a história das línguas, como a história das técnicas, a história da *imaginação-razão*, a história da música, etc., constituem todas zonas particulares da mesma caminhada: a degradação progressiva do género humano no tempo. Uma vez que a história das línguas espelha o processo geral de corrupção, a leitura do *Ensaio* possibilita ao historiador reconstruir, pelo menos, o sentido da temporalidade histórica em Rousseau, que no *Discurso* é sujeita a uma minuciosa análise.

É certo que Rousseau concebe que as línguas têm o seu próprio ciclo de formação, passível de distinção no movimento global que conduz à instauração dos *corpos políticos*; mas não é menos certo que a origem das línguas sendo contemporânea do aparecimento da sociedade, só poderá compreender-se quando integrada no processo que conduz à formação dos corpos sócio-políticos. Esta tese rousseauiana é válida para toda a história das línguas, propriamente dita. O XX e último capítulo do *Ensaio* não deixa margem a qualquer ambiguidade de interpretação sobre esta matéria e está absolutamente de acordo com as páginas finais do *Discurso*. É por isso que lá se pode ler que ao último termo da degradação do género humano na História, corresponde a máxima corrupção das línguas.

É esta tese que permite compreender a pertinência do IX capítulo na economia interna do *Ensaio* e refutar a ideia de que esse capítulo é uma longa digressão à Rousseau que, como tal, não se coadunaria com os propósitos teóricos da obra.

Em resumo: a tese defendida por Jean-Jacques no *Ensaio*, justifica só por si, o interesse que a obra tem para os historiadores da filosofia da história. A importância da obra redobra-se ainda com os problemas que, particularmente, o IX capítulo, confrontado com o *Segundo Discurso*, levanta aos intérpretes da referida área do saber.

ANA LEONOR PEREIRA